

DEZEMBRO / 2016

INTERNACIONAL

EUROPA

Felizmente, as medidas de estímulos quantitativos adotadas pelo Banco Central Europeu – BCE, nos últimos anos, parecem começar a produzir efeitos concretos. Depois de ter registrado um crescimento do PIB de 1,7% no terceiro trimestre de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior, importantes indicadores divulgados em dezembro para a zona do euro reforçaram essa percepção.

O índice PMI industrial atingiu 54,9 pontos no mês mostrando forte avanço em relação ao dado anterior. Foi o nível mais alto desde abril de 2011 e reforçou a ideia de que as indústrias da zona do euro estão entrando com força em 2017. Já o PMI composto avançou para 54,4 pontos, o maior nível em sessenta e sete meses.

Também a inflação do consumidor acelerou. Embora ainda distante da meta do BCE de 2%, a inflação de dezembro foi de 1,1% na base anual, depois de ter registrado uma alta de 0,6% em novembro. O maior impacto foi o do aumento dos preços da energia.

Em relação ao mercado trabalho, foi divulgado que a taxa de desemprego em novembro foi de 9,8%, repetindo a de outubro, sendo que na Alemanha se manteve em 4,1%, a menor da região.

EUA

Nos EUA, depois de um ano, o banco central, o FED, voltou a elevar a taxa básica de juros. Desta feita ela passou da banda de 0,25% a 0,50% aa. Para 0,50% a 0,75% aa. O aumento foi reflexo da melhora da economia, com crescimento mais forte nos últimos meses, baixo desemprego e aceleração da inflação. No comunicado pós reunião, a autoridade monetária indicou que projeta três aumentos por ano, até 2019.

Em dezembro, a atividade industrial no país acelerou para a máxima de dois anos, em meio a um aumento de novas encomendas e do emprego no setor. Por sua vez, os gastos com a construção atingiram o maior patamar em dez anos e meio, em novembro, sugerindo um importante impulso para o crescimento do PIB no quarto trimestre.

Já a criação de novos empregos não agrícolas, em dezembro, estimada em 178 mil vagas, foi efetivamente de 156 mil vagas, sendo que os salários se elevaram de forma visível. A taxa de desemprego subiu de 4,6% para 4,7%.

ÁSIA

Na China, foi divulgado que o setor de serviços atingiu o seu maior nível em dezessete meses, ampliando a visão de que a segunda maior economia do mundo entra em 2017 com mais força.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, depois das turbulências por conta do resultado das eleições nos EUA, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,38% a.a. no final de novembro, terminaram dezembro com um rendimento de 2,43% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo cerca de 1,38% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento de 0,29%. Paralelamente, o dólar se valorizou 0,68% perante o euro e 2,18% perante o yen, por exemplo.

As bolsas internacionais subiram forte em sua maioria no mês de dezembro. A bolsa alemã subiu 7,90% e a inglesa (FTSE 100) 5,29%, por exemplo. A do Japão (Nikkei 225) avançou 4,40%, enquanto a americana (S&P 500) 1,82%.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês 12,58%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

De acordo com o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia da evolução do PIB cedeu 0,48% em outubro, na comparação com setembro. Em doze meses a queda foi de 5,28%. Em 2016, o indicador não apresentou queda apenas nos meses de abril e junho.

Por sua vez, a taxa de desemprego ficou em 11,9% no trimestre encerrado em novembro, conforme a Pnad Contínua. O contingente de desempregados atingiu 12,1 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 2.032,00 apresentou queda real de 0,44% frente ao ano anterior.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 39,1 bilhões em novembro. No ano, o déficit acumulado alcançou R\$ 85,1 bilhões e em doze meses de R\$ 156,8 bilhões (2,50% do PIB).

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 424,6 bilhões (6,78% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 581,4 bilhões (9,28% do PIB), também em doze meses.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4,42 trilhões (70,5% do PIB), elevando-se 1,0 p.p. em relação ao mês anterior.

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acelerou na passagem de novembro para dezembro, de 0,18% para 0,30%, mas ainda assim registrou a menor taxa para o mês de dezembro desde 2008.

No ano, a alta acumulada foi de 6,29%. Esse resultado foi melhor do que o estimado pelo governo, pelo Banco Central, pelo FMI e pelo mercado, além de ter ficado abaixo do teto da meta que é 6,50%.

Em dezembro o grupo alimentação e bebidas foi o destaque na pressão de alta e a energia elétrica na pressão de baixa.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,14% em dezembro e fechou 2016 com um aumento de 6,58%, após ter avançado 11,28% no ano anterior.

JUROS

Em sua última reunião em 2016 o Copom reduziu a taxa Selic de 14% para 13,75% aa. Na ata da reunião, divulgada logo no início de dezembro, o comitê indicou que o ritmo de cortes da taxa deve acelerar em janeiro e minimizou as preocupações com o exterior. Afirmou que é razoável esperar uma intensificação do processo de flexibilização monetária caso a atividade econômica não dê sinais claros de retomada, posto que nesse caso as projeções de inflação devem se reduzir.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de dezembro com o dólar cotado em R\$ 3,2591, com uma desvalorização de 4,05% no mês, de 16,54% no ano.

Em novembro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 878 milhões, acumulando em doze meses, saldo negativo de US\$ 20,3 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 8,8 bilhões, acumulando em doze meses, um saldo positivo de US\$ 78,9 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 372,8 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 333,8 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve no ano um superávit de US\$ 47,7 bilhões, o maior superávit da história.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de dezembro acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA), com alta de 7,15%, seguido do IMA-B 5+, com 3,71%, e do IMA-B Total, com 2,91%. No ano, o melhor desempenho acumulado até setembro foi do IDkA 20A (IPCA) com 53,19%, seguido do IMA-B 5+ com 31,04% e do IRF-M 1+ com alta de 29,64%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a queda no mês foi de 2,71%, no entanto, o resultado acumulado no ano foi de um expressivo ganho de 38,93%.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Para o mercado internacional o evento mais aguardado no início de 2017 é a posse de Donald Trump como presidente dos EUA. De início, independentemente das medidas que venha anunciar, a volatilidade deve aumentar nos mercados financeiros. Já entre as medidas que poderão ser adotadas, que provocam expectativas positivas estão a desregulamentação de vários setores e o corte de impostos e do lado negativo possíveis rupturas também com questões fiscais e o acirramento de questões geopolíticas.

MERCADO NACIONAL

No mercado local, além das expectativas com o novo governo norte-americano, as atenções estarão voltadas para a primeira reunião do Copom em 2017, em que maior agressividade na redução da taxa Selic poderá ser adotada, em função da atividade econômica ainda muito deprimida e das baixas taxas de inflação esperadas.

Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, tendo-se em vista o médio e longo prazos, a nossa recomendação é de uma exposição de 50% nos vértices mais longos (dos quais 20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total), 20% para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais.

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%).

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos	
<u>Renda Fixa</u>	75%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	20%
Longo Prazo (IMA-B Total)	30%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	20%
Curto Prazo (IRF-M 1 e CDI)	5%
<u>Renda Variável</u>	25%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	5%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%